

Ata de Reunião - 18 de outubro de 2002

por Cep — publicado 19/10/2002 00h00, última modificação 11/12/2014 11h50

ATA DA REUNIÃO DA COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA, REALIZADA NO DIA 18 DE OUTUBRO DE 2002, NO RIO DE JANEIRO.

Local: Av. Presidente Antônio Carlos, 375, Ed. do Ministério da Fazenda, sala 1111, Rio de Janeiro, RJ

Presentes:

João Geraldo Piquet Carneiro (Presidente)
Adhemar Paladini Ghisi
Celina Vargas do Amaral Peixoto
Camilo Penna

Ausentes:

Lourdes sola
Marcílio Marques Moreira

1. Aprovada a agenda proposta, os trabalhos foram iniciados pela discussão dos esclarecimentos sobre a aplicação da quarentena, em vista do Decreto 4405, que disciplinou a questão. Camilo Penna considerou que há outras autoridades com acesso a informações que podem ter repercussão econômica, além daquelas ocupantes das posições explicitadas no referido Decreto, com o que concordaram os demais presentes. Entretanto, por unanimidade, resolveram considerar que o novo marco regulatório alterou as normas sobre quarentena, constantes do art 15 do CCAAF. Assim, considerando o que consta do Código de Conduta, na MP 2225 e nos Decretos que a regulamentaram, o último dos quais o Dec. 4405, deliberou pela divulgação das orientações anexas, para solucionar as dúvidas pendentes.

2. Definidos os limites para aplicação da quarentena e interdição permanente para certas atividades profissionais, após deixar o cargo, os presentes examinaram consulta do min. Pedro Parente sobre proposta de trabalho. Entenderam não ser aplicável ao caso a obrigação de quarentena, mas sim as vedações de caráter permanente constante da nota de esclarecimento geral sobre a matéria.

3. A seguir, Piquet propôs que a CEP examine as condições necessárias para sua própria institucionalização, conforme sugerido pelo min. Parente. Os presentes posicionaram-se de acordo, quanto à necessidade de um marco regulatório mais adequado para que alcance outras competências, além da exclusiva administração do CCAAF. Lembraram que, em grande medida, suas atividades já vão além do previsto inicialmente no Decreto de sua criação, sobretudo em relação às atividades relacionadas com as entidades e órgãos do Executivo Federal, bem como de formação da Rede de Ética. Piquet aventou a hipótese dos membros da Comissão serem aprovados pelo Congresso. Não obstante, todos também concordaram que esse é um tema que deve ser encaminhado ao processo de transição, e não decidido exclusivamente pelo atual Governo. De qualquer forma, como subsídio ao exame e posicionamento, Piquet Carneiro solicitou ao secretário executivo que distribuísse propostas de minutas de atos de institucionalização da CEP, elaborados a partir das discussões com os representantes setoriais, que envolvem, entre outros, aprovação de membros da CEP, explicitação de competências, atribuições em relação ao Dec. 1171/94 e proteção aos envolvidos.

4. A pedido do presidente da CEP, o secretário executivo prestou informes sobre o programa de

treinamento, que até final de novembro alcançará 260 técnicos do Executivo Federal e de alguns estados; Convite para participação das reuniões preparatórias para o Fórum Global, que se realizarão em dezembro, no Marrocos, e para o próprio fórum, em maio de 2003, na Coreia do Sul; Assinatura do Convênio de Cooperação com a PETROS; Problemas que vêm retardando a assinatura do contrato de empréstimo com o BID, identificados nas dificuldades para garantir recursos orçamentários e na obtenção de autorização do Ministério da Fazenda (STN e PGFN), para negociações formais da minuta de contrato, já apresentada pelo BID; consolidação dos trabalhos da Rede de Ética, com progressivo aumento das atividades de cooperação entre representantes de entidades de dentro e de fora do Executivo Federal; apresentação pela Transparência Brasil de compromisso de 8 pontos, com os quais se comprometeram os dois candidatos à Presidência, Lula e Serra, entre os quais se encontram o fortalecimento da CEP e a implantação de um modelo de administração descentralizado, para tratar com as questões que envolvem conflitos de interesses na Administração Pública; realização da primeira reunião de técnicos da SE/CEP e SRH/MP, para identificação de ações necessárias para resolver os problemas que estão resultando da efetiva implantação do Decreto 1171/94, a partir das iniciativas da CEP; andamentos dos trabalhos de identificação dos poderes de compra e de regulamentação das entidades e órgãos do Executiva, com base em metodologia desenvolvida, testada, aprovada e apresentada no III Seminário Ética como Instrumento de Gestão, cuja perspectiva de conclusão é o final da primeira quinzena de novembro de 2002.

5. Cumprida a agenda, foi proposta a data de 5.11.2002, em Brasília, para a próxima reunião.

MB